UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

EDNA ALVES SÁ BARRETO CABRAL

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NO ENSINO FUNDAMENTAL: desafios e conquistas

Caruaru-PE
2024

EDNA ALVES SÁ BARRETO CABRAL

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NO ENSINO FUNDAMENTAL: desafios e conquistas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo científico, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia

Área de concentração: Educação.

Orientador: Profa. Dra. Ana Maria Tavares Duarte

Caruaru-PE
2024

AGRADECIMENTOS

Gratidão a meu Deus e Pai pela vida, amor, força e graça, sem os tais eu não teria chegado até aqui.

Ao meu amado esposo, Pr, Cabral, meu alicerce, pela compreensão nas minhas ausências acadêmicas, sei que foram muitas, obrigada!

Obrigada, minhas filhas e filho, Zayra, Zaymar, Zanon e Cione, meus amores. Vocês são bênçãos de Deus em minha vida.

Agradeço a Deus por cada um dos meus maiores amores e alegrias, meus netos, Louise (12), Débora (11), Heitor (7), Davi 7), Hanna (4) e, especialmente, a Mateus (8), fonte de inspiração do presente trabalho. Sua pureza nos fala mais que palavras.

A Celita (89), minha amada e preciosa mãe, pelo exemplo de ousadia, força e coragem. Uma mulher à frente do seu tempo, que trabalhou e ensinou seus oito filhos no temor do Senhor, nos motivando a sermos livres e conquistarmos nossos sonhos.

Ao meu paizinho Barreto (*in memoriam*) que saudades! Lembro quando criança nos ensinava as lições de casa da escola e cobrava a tabuada, na ponta da língua, para podermos brincar na rua.

Minhas irmãs e irmãos vocês são fonte de inspirações para mim, colaborando no meu crescimento. Amo vocês!

De forma especial quero agradecer e honrar as amadas Celita, minha mãe, Edilze e Cione, irmãs e amigas, que investiram na minha graduação, “o sonho tão sonhado”, nunca desistindo e persistindo em me apoiar em todos os momentos. Vocês fazem parte dessa vitória. Gratidão!

Agradeço a Professora/Doutora Ana Duarte por suas orientações, serenidade, apoio e motivação, especialmente únicos. Serei sempre grata!

Sou grata a todos os professores do curso de licenciatura em pedagogia do CAA/ UFPE que contribuíram na minha formação. E especialmente ao Professor Nélio por, em um momento específico, não me deixar desistir.

Gratidão aos colegas, com quem convivi nesse percurso acadêmico e contribuíram, com suas especificidades, na minha formação humana.

"Portanto, ao Rei Eterno, Imortal, invisível, mas Real. Deus único, sejam honra e glória pelos séculos dos séculos. Amém!" (1 Tm. 1:17)

Inclusão de crianças com TEA no Ensino Fundamental: desafios e conquistas

Edna Alves Sá Barreto Cabral[1]

RESUMO

Esse trabalho discute a inclusão escolar no ensino fundamental I, da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), seus desafios e êxitos, tendo por base trabalhos publicados pela CBEE, buscando contribuir com esse tema cada vez mais presente em nossas escolas. A abordagem inicial é composta pela apresentação da mais aproximada definição acerca da nomenclatura TEA, através do suporte de dados etimológicos, dados sociológicos e do que dispõe a legislação sobre esse tema. Essa é uma pesquisa bibliográfica, que se apoia na análise documental, e que se subdivide em três categorias analíticas para a investigação da temática proposta. Os resultados mostraram a importância de investimentos na capacitação dos profissionais da educação para lidarem mais adequadamente com as especificidades dos educandos com TEA, assim como a necessidade do desenvolvimento de um trabalho cada vez mais colaborativo entre os professores e os familiares das pessoas com TEA, e as variadas possibilidades e desafios presentes nas adaptações curriculares para que os educandos com TEA consigam desenvolver suas potencialidades. Este trabalho indica caminhos para que sejam estabelecidos avanços significativos no campo da educação inclusiva das pessoas portadoras do TEA.

Palavras-chave - TEA, Inclusão escolar, Adaptação curricular.

DATA DE APROVAÇÃO: 19 de MARÇO de 2024.

1 INTRODUÇÃO

A escola é um espaço de interação e socialização, além do preparo para a vida em sociedade e para o exercício da cidadania. Assim, a escola deve prover condições para que alunos com especificidades adquiram mais autonomia e condições de atuar na esfera social, para além dos muros da instituição, de modo que os educandos se desenvolvam social, cognitiva e afetivamente. Entretanto, este objetivo educacional apenas terá possibilidade de se caracterizar como exitoso quando houver parcerias trabalhando juntas para esta finalidade, envolvendo a

[1] Graduanda em Pedagogia pelo Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: edna.sbcabral@ufpe.br.

sociedade, a família e a escola, ou seja, os tutores, professores do ensino regular e educação especial.

Este trabalho conjunto a fim de garantir a inclusão e as ações que permitam o pleno desenvolvimento de habilidades que cada indivíduo tem é imprescindível, especialmente considerando o recorte social dos educandos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma vez que esta condição se caracteriza como "*um distúrbio neurobiológico evidenciado por prejuízos sociocomunicativos e comportamentais*" (Silva, Nunes; 2018, p. 2), de maneira que pessoas com TEA necessitam de determinadas adaptações para sua efetiva inserção educacional, profissional e social.

Sabe-se que no Brasil houve avanços em relação às leis que possibilitem o acesso e a manutenção adequada/adaptada de indivíduos com necessidades especiais nas instituições escolares, como, por exemplo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEI, 2008), que regulamenta a criação e funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) dentro da perspectiva do Atendimento Educacional Especializado (AEE), e institui o direito a um acompanhante individual especializado na sala de aula regular para estudantes com necessidades educacionais especiais; assim como também a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista na Lei nº 12.764/2012, conhecida como a Lei Berenice Piana, mãe que lutou pelos direitos das pessoas com TEA, que no seu art. 1o, parágrafo 1o, incisos I e II, caracteriza o sujeito dentro do espectro autista:

> I - Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
> II - Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Conseguir o diagnóstico e ter acesso ao tratamento adequado no Sistema Único de Saúde –SUS, continua sendo um desafio, mesmo com avanços na aplicação da legislação. É importante destacar que, além de alterações no comportamento, o autismo apresenta várias dificuldades e distúrbios que o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais – DSM-5 apresenta três níveis ou graus do autismo:

> Uma pessoa diagnosticada como de **grau 1 de suporte** apresenta prejuízos leves, que podem não a impedir de estudar, trabalhar e se relacionar. Um indivíduo com **grau 2 de suporte** tem um menor grau de independência e necessita de algum auxílio para desempenhar funções cotidianas, como tomar banho ou preparar a sua refeição. Já o autista com **grau 3 de suporte** vai manifestar dificuldades graves e costuma precisar de apoio especializado ao longo da vida. (DSM-5)

Esses níveis são utilizados para definir o grau de apoio que cada indivíduo com necessidades especiais necessita.

Em 2015 foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº13.146/ 2015, que diz, no Art. 1º:

> "É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania" (BRASIL, 2015).

Sendo a lei mais atual em vigência no Brasil sobre o tema.

Entendemos que para que a Educação Especial seja de fato inclusiva no cotidiano da sala de aula, não basta a garantia legal do acesso das pessoas com TEA à escolarização regular, portanto pautamos esta pesquisa no questionamento e reflexão acerca de quais caminhos metodológicos podem ser propostos para assegurar a inclusão e o ensino-aprendizagem das crianças com TEA no ensino fundamental, de modo que possamos obter um panorama sobre os principais desafios para que este objetivo se torne efetivo no chão da escola, assim como também possamos trazer exemplos de práticas pedagógicas com êxito na inclusão escolar.

A questão norteadora deste trabalho é o seguinte questionamento: Quais caminhos metodológicos são propostos para assegurar a inclusão e o ensino-aprendizagem das crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no Ensino Fundamental? A partir disso, elencamos como **objetivo geral**:

Investigar caminhos metodológicos propostos para assegurar a inclusão e o ensino-aprendizagem das crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no Ensino Fundamental. Para isso, buscamos estreitar nosso vínculo com as temáticas pesquisadas a partir dos objetivos específicos de

• Identificar os desafios elencados, nos artigos selecionados, em relação aos processos de inclusão e o ensino-aprendizagem de crianças com TEA no Ensino Fundamental

• Verificar quais processos exitosos são citados, nos artigos selecionados, quanto ao ensino-aprendizagem de alunos autistas no Ensino Fundamental.

Esta pesquisa está estruturada com a presente introdução; o percurso metodológico utilizado na busca dos objetivos elencados; os resultados e discussão acerca dos dados coletados; e, por fim, a conclusão.

2 METODOLOGIA

Optamos por realizar uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfico que, conforme Marconi e Lakatos (2017, p. 54), "*é um tipo específico de produção científica: é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas e resumos.*" Para tal, tomamos como base alguns artigos científicos e textos que tratam da temática em questão, de maneira que eles foram qualitativamente analisados, levando em consideração que optamos por utilizar a análise de conteúdo.

Nos artigos publicados no Congresso Brasileiro de Educação Especial O desenvolvimento desse trabalho é alicerçado, segundo Bardin (*in* Nunes, 2018), numa propositura de que as análises de conteúdo sejam divididas em três etapas: na primeira etapa, que Bardin chama de pré-análise, efetuamos a leitura flutuante para escolha dos artigos publicados no CBEE nos eventos 8, 9, 10 e incluímos um artigo da Revista Brasileira de Educação Especial RBEE, jan-mar, 2018. Na descrição analítica, segunda etapa, procuramos aprofundar o estudo, classificando e categorizando os dados colhidos. Por fim, chegamos na terceira etapa, na qual realizamos o tratamento dos resultados a partir de inferências e interpretações, de modo que se buscou condensar e destacar as informações consideradas mais relevantes para a construção de reflexões acerca do tema deste trabalho.

3 INTRODUÇÃO

A partir da busca realizada nos anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial, após a leitura dos resumos de 20 trabalhos, foram delimitados cinco artigos, de acordo com os critérios de inclusão, exclusão e leitura na íntegra, para compor esse trabalho, e na Revista Brasileira de Educação Especial, um artigo, conforme Quadro 1:

Quadro 1 - Informações dos artigos obtidas e organizadas pelas autoras.

Título do artigo	Autores	Ano	Fonte
Autismo, escola e família: a prática pedagógica que transforma	PAZ, Fransuély Sabryna Moreira BORGES, Liliane da Silva	2014	CBEE
A percepção do professor acerca da inclusão de alunos com transtorno do espectro autista	MORAIS, Eduarda de Souza VELOSO, Rafaella Sá	2016	CBEE
Inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro autista no ensino regular: um estudo de caso	FERRAZ, Laiza Lidiane Cordeiro SOARES, Cristiele Alves CASTRO, Sabrina Fernandes de	2018	CBEE
Práticas Pedagógicas Na Inclusão Do Aluno Com TEA: Uma Revisão Sistemática	NUNES, Vera Lucia Mendonça	2018	CBEE
Profissionais de apoio na escolarização de educandos com autismo: o que dizem as pesquisas	NUNES, Debora Regina de Paula.	2018	CBEE
Estudo de Caso sobre atividades desenvolvidas para um aluno com autismo no Ensino Fundamental	APORTA, Ana Paula; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de	2018	RBEE

Fonte: A autora.

Para a descrição dos dados obtidos e consequente discussão temática, dividiremos nosso texto em três categorias que, juntas, podem nos ajudar na reflexão que pretendemos construir, levando em consideração os assuntos mais recorrentes, nos textos analisados acerca da temática abrangente da inclusão de crianças com TEA no Ensino Fundamental, elencamos os seguintes eixos temáticos: capacitação profissional; trabalho colaborativo e adaptações curriculares.

3.1 Capacitação profissional para uma educação escolar inclusiva

Consideramos que o nosso país avançou na perspectiva do desenvolvimento da inclusão de alunos com necessidades especiais a partir da inserção legal de parâmetros e normativas que orientam e direcionam o tratamento desse público alvo dentro das instituições escolares brasileiras, como na criação das já citadas PNEEI (2008), das Salas de Recurso Multifuncionais e do AEE, por exemplo. Entretanto, faz-se necessária a reflexão sobre a preparação efetiva das escolas e equipes profissionais no ambiente educacional para pôr em prática o que a legislação garante, pois, "*infelizmente, a demanda da inclusão chega às escolas antes da preparação do professor e a solução tem sido a capacitação do profissional em serviço, através dos programas de formação continuada, contrariando as próprias diretrizes do MEC*." (MORAIS E VELOSO, 2016, P. 7), que orienta que a escola deve estar preparada para receber essas crianças.

Apenas a existência de aportes legais não são suficientes para garantir que a acessibilidade e a inclusão escolar sejam validadas na prática cotidiana, de modo que "*em detrimento das mudanças propostas, cada vez mais tem sido reiterada a importância da preparação de profissionais e educadores, principalmente professores do ensino regular, para o atendimento das necessidades educativas de todas as crianças, com ou sem deficiências."* (MORAIS E VELOSO, 2016, P. 8). Devemos tomar por base que a formação profissional de professores e pedagogos é composta majoritariamente em nosso país por instituições de ensino superior que enfatizam a preparação teórica, com propostas curriculares distanciadas da real prática pedagógica e das demandas cotidianas que surgem na experiência na prática docente e que precisam ser geridas pelos mesmos de maneira inclusiva e acolhedora.

A capacitação dos professores é insuficiente para lidar com a diversidade dos educandos em atividades pedagógicas que possam os direcionar para a construção do respeito, da tolerância e da inclusão, de maneira que "*essa formação deficitária traz sérias consequências para a efetivação do princípio inclusivo. "* (MORAIS E VELOSO, 2016, P. 9), entendemos que

> A escola exerce função de socializar e promover a interação dos educandos, para que estes se desenvolvam cognitivamente e afetivamente, permitindo que os alunos autistas conheçam a sua realidade e o mundo que os cerca. Para a concretização deste ideal, é fundamental que existam ambientes estruturados e profissionais capacitados que irão recebê-los ante as suas necessidades. (PAZ e BORGES, 2014, p.2)

É importante, no entanto, evidenciar que a despeito das formações acadêmicas insuficientes para desenvolvimento de práticas pedagógicas efetivamente inclusivas, os

professores podem e devem optar por se manterem atualizados sobre a inclusão escolar e ter autonomia para pesquisar e desenvolver estratégias para lidar com as dificuldades de seus educandos, considerando que "*para que a escolarização dos alunos com TEA seja possível é preciso pensar nas especificidades desses educandos levando em conta a tríade professor-aluno-escola.*" (SILVA, NUNES, 2018, p. 4)

A efeito de exemplificação, tomamos a experiência de uma docente que em entrevista "*relatou que nunca havia trabalhado com aluno autista, no entanto ela afirmou que buscou informações sobre o autismo, isso mostrou a sua disposição em aprender*." (PAZ e BORGES, 2014, p. 6), o que é muito importante na construção de uma prática docente inclusiva, pois "*quando os professores estão envolvidos no processo educacional, e acreditam no potencial de aprendizagem do aluno, propondo um trabalho pedagógico integrado, tem-se como consequência um melhor desenvolvimento do aluno com autismo no ensino comum.*" (MORAIS e VELOSO, 2016, P. 10), dessa maneira, ser autodidata acaba sendo uma atribuição recorrente na profissionalização da docência em favor da efetiva inclusão no cotidiano escolar.

Desde 2008 é garantido aos alunos com necessidades especiais o acompanhamento de um monitor/cuidador, de modo que a Lei N. 12.764/2012 fala especificamente que a pessoa com TEA terá direito a um acompanhante especializado, tornando, assim, essencial refletir sobre o importante papel do acompanhante especializado "*como um profissional com funções assistencialistas e pedagógicas, que atua dentro da escola, acompanhando os educandos nas diferentes etapas escolares. "* (SILVA, NUNES, 2018, p. 6), uma vez que esse profissional, segundo Morais e Veloso (2016), possibilita a integração e o envolvimento do aluno nas atividades pedagógicas propostas, sendo de fato incluídos, o que colabora para o avanço no processo de aprendizagem e na autonomia desses educandos dentro e fora da sala de aula.

Ainda é relevante destacar que algumas pesquisas apontadas por Silva e Nunes (2018) mostraram que a presença do profissional de apoio é um suporte que contribui para a frequência e permanência das crianças na escola, e esse fator contribui para tranquilizar os responsáveis por esses educandos, favorecendo, também, a flexibilização do currículo, mediando a comunicação entre professores e alunos, oportunizando a adaptação das atividades e aprendizagens desses alunos em outros espaços da escola, dentre outras colaborações para a concretização da inclusão escolar. Considerando todas as atribuições dos acompanhantes de alunos com necessidades educacionais especiais, principalmente o TEA, faz-se necessário que este profissional receba

capacitação prévia, pois é apontada *"(...) a falta de qualificação do acompanhante escolar como um dos entraves para a aprendizagem de educandos com TEA."* (SILVA e NUNES, 2018, p.8).

Ressaltamos que, ainda de acordo com Silva e Nunes (2018), as Secretarias de Educação Municipal precisam investir na qualificação desses profissionais de apoio com foco nas práticas inclusivas e metodologias intervencionistas e reflexivas, tendo em vista atender, com resultado positivo, essa crescente demanda da sociedade, compreendendo que*"...práticas pedagógicas eficazes e apropriadas às deficiências são imprescindíveis para a evolução dos alunos, e isso o professor só consegue planejar e desenvolver quando recebe o referencial teórico e a assessoria pedagógica adequados."* (MORAIS e VELOSO, 2016, p. 8), de maneira que

> a inclusão dos alunos com espectro do autismo no ensino regular pressupõe a formação de professores em serviço para maximizar o potencial de aprendizagem e ensino de habilidades sociais desses alunos. Salientamos que a formação neste caso, é uma facilitadora para a aprendizagem de novas metodologias de ensino em sala de aula para alunos com TEA. (NUNES, 2018, p. 8)

Concluímos que a capacitação profissional de todos os envolvidos no cotidiano escolar, em especial os professores e os profissionais de apoio, torna-se imprescindível para que o respeito à diversidade e a aprendizagem dos educandos com TEA, dentre outras condições, possa ser efetivo e efetivamente inclusivo. Passemos à reflexão sobre um segundo fator muito relevante na concretização de práticas inclusivas no contexto escolar para educandos com TEA.

3.2 Experiências inclusivas exitosas no trabalho pedagógico colaborativo

Levando em conta as especificidades dos alunos com TEA, reafirmamos que, em concordância com Morais e Veloso (2016), "*a escolarização para essas crianças é indispensável, mas para isso é primordial que se tenha um ambiente apropriado e condições adequadas ao processo de inclusão*." (p.14) Dentre essas condições, podemos identificar a colaboração entre todas as seções da comunidade escolar, pois "*um dos fatores para que o autista não se desenvolva nos aspectos cognitivos e na sua comunicação, é devido a falta de cooperação por parte da família*." (PAZ e BORGES, 2014, p. 7), mas também por parte dos demais profissionais responsáveis por assistir esses educandos e favorecer seu processo de desenvolvimento.

Destacamos que "*para que a escolarização dos alunos com TEA seja possível é preciso pensar nas especificidades desses educandos levando em conta a tríade professor-aluno-escola*." (SILVA e NUNES, 2018, p. 4), ou seja, todos têm responsabilidade em buscar maneiras de

desenvolver práticas inclusivas e que possam possibilitar a aprendizagem de habilidades cognitivas, afetivas e sociais por parte dos educandos com TEA. Nesse processo colaborativo a participação da família no processo de escolarização, socialização e aprendizagem é essencial pois as pesquisas demostraram relevante sucesso no desenvolvimento do aluno com TEA, "*a concretização da inclusão do autista nas aprendizagens escolares e sociais deve ser trabalhada tendo o apoio da família em conjunto com a equipe escolar e de profissionais especializados*." (MORAIS e VELOSO, 2016, p. 9).

Ao selecionarmos as experiências exitosas do trabalho pedagógico colaborativo inclusivas, podemos verificar que "*abordar sobre inclusão é destacar uma cooperatividade por parte dos educadores, que são um dos responsáveis para que esta aconteça de forma eficaz, assim é imprescindível que haja uma boa relação entre a professora da turma regular e a do AEE*." (PAZ e BORGES, 2014, p. 7), levando em consideração estudos e pesquisas que mostram que essas duas funções podem se mobilizar- em prol de estratégias para lidar de maneira mais adequada com as dificuldades que possam aparecer como barreiras para a aprendizagem, em um processo colaborativo que deve ser cotidianamente construído e revisado, como o que foi realizado em uma escola, na sala de recursos Multifuncionais (SEM), través de uma ferramenta de software GRID 2, onde

> O estudo registrou maior articulação e colaboração entre as professoras do AEE e da classe regular no planejamento e execução das atividades com a inserção de recursos de CAA (Comunicação Aumentativa Alternativa) no contexto escolar, o que favoreceu o processo de ensino e de aprendizagem do estudante, apontando para uma melhora em sua comunicação, fator que contribuirá na sua inclusão escolar (NUNES 2018, P. 6)

Faz-se importante entender que "*o ensino colaborativo trouxe contribuições para a formação continuada das professoras, de modo a favorecer o desenvolvimento de práticas pedagógicas para alunos com autismo. "* (SILVA e NUNES, 2018, p. 5), pois o trabalho em conjunto apresenta elevado potencial, através da partilha de vivências e experiências, no desenvolvimento de habilidades e estratégias para superar desafios que possam surgir no objetivo pedagógico de desenvolver aprendizagens nos educandos com TEA, de maneira que essa afinidade e parceria entre a professora regular e do AEE

> denomina-se de trabalho colaborativo, onde este proporciona o desenvolvimento do exercício pedagógico inclusivo, pois de acordo com a Res. nº4/2009, Art. 13 o educador do AEE deve "estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a

> participação dos alunos nas atividades escolares". (PAZ e BORGES, 2014, p. 8)

Podemos então, a partir dessas observações, elencar algumas propostas que obtiveram êxito, como também os desafios encontrados na busca pelas melhores estratégias para a inclusão escolar de alunos com TEA.

3.3 Adaptações curriculares – possibilidades e desafios

Em meio ao objetivo de favorecer a aprendizagem de educandos com TEA, podemos elencar como importante estratégia pedagógica o esforço de realizar adaptações curriculares que possam superar os desafios frente às novas aprendizagens, mas que também possam contribuir para o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos que já estão consolidados nesses educandos, de modo que é necessária uma busca por aprender metodologias e didáticas diversificadas, pois "*é nesta apropriação do saber que os professores necessitam de condições para atuar com alunos que apresentem Transtorno do Espectro do Autismo, de forma a atendê-los em suas especificidades."* (NUNES 2018, p. 5)

Paz e Borges (2014) afirmam que as práticas educacionais adotadas nas escolas da rede comum de ensino têm produzido poucos efeitos na aprendizagem desses alunos, pois

> as escolas recebem os alunos com necessidades especiais na tentativa de inclusão, mas não realizam as adaptações necessárias para que aconteça de forma eficaz. Outro fato que pode ser observado é que as crianças com dificuldades de aprendizagem são rotuladas de "retardada", "perturbada" e "incapaz". (PAZ e BORGES, 2014)

Esse rótulo, por parte de alguns, se dá por conta da visão biológica da deficiência, ligada ao conceito de incapacidade, predeterminando a impossibilidade de aprendizagem desses alunos, já que esses possuem uma incompetência (DE VITTA; DE VITTA; MONTEIRO, 2010).

Além desses fatores que interferem na qualidade e no processo de inclusão das crianças com TEA, nas escolas, Morais e Veloso (2016) elencam outras dificuldades enfrentadas pelos professores regulares nessa inclusão, uma vez que

> As falas dos entrevistados revelam as dificuldades enfrentadas diariamente, como a falta de material escolar, a superlotação das salas de aula mesmo com crianças diagnosticadas com TEA e outras necessidades especiais, a ainda a falta de apoio e a ausência de formação continuada. Então todas essas problemáticas de acordo com os professores interferem na qualidade e no processo de inclusão. (MORAIS E VELOSO, 2016, p. 6)

Outro pensamento relatado pelos professores, em entrevistas, é que os alunos com TEA só precisam de uma educação humanitária com foco apenas no desenvolvimento social, não havendo necessidade de aprenderem os conteúdos acadêmicos. Eles mudaram seu relato quando, no cotidiano, perceberam que esses alunos aprendem e que podem desenvolver uma educação mais ampla, desde que o currículo seja adequando a um ensino personalizado, com a parceria de todos envolvidos nesse processo, colaborando assim para que a aprendizagem e o desenvolvimento aconteçam (APORTA, LACERDA, 2018, p.50).

Ao conviver e conhecer a criança com TEA, inicia-se o processo de entender seu potencial e sua via de acesso, possibilitando a apresentação de atividades, como suporte visual com instrução, criando estratégias que façam sentido para o aluno, tendo em vista favorecer sua aprendizagem onde ele acompanha e responde de forma independente e individualizada (APORTA, LACERDA, 2018) pois

> De fato, não existe um roteiro ou receita a seguir a respeito de adaptações aos alunos com deficiências, porque cada aluno é diferente e com necessidades de procedimentos específicos. O que existe é acreditar que o aluno pode aprender independentemente de suas características" (APORTA, LACERDA, 2018, p. 54)

Sendo assim, o desafio para a escola realizar, com êxito, seu papel na inclusão dos alunos com TEA, deve fundamentar seu conhecimento, cobrando do poder público os recursos materiais e humanos, investindo na formação continuada específica dos seus docentes, preparando-os para cumprir seu papel de escola inclusiva. (MORAIS E VELOSO, 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos constatar, através dos textos utilizados nesse trabalho, que existem pesquisas que apontam para a necessidade de desenvolver mais pesquisas para verificar as estratégias exitosas no campo da inclusão do aluno com TEA no Ensino Fundamental pois é um desafio possível, desde que haja o envolvimento, comprometimento e parceria de todos os envolvidos nesse processo. Dos responsáveis, que levam a criança com TEA para a escola, da escola, que se prepara para receber essa criança e das políticas governamentais em ação. Todos visando a potencialização, a vivência social e aprendizagem dos conteúdos desses alunos, através do currículo adaptado a suas especificidades, promovendo a cidadania e o respeito a diversidade nesse campo cada vez mais crescente da sociedade.

Se faz importante, nesse contexto, ações para desenvolver um ambiente escolar repleto de atividades e práticas voltadas à efetiva inclusão dos educandos com

TEA, como, por exemplo, a liberação de recursos para contratação de profissionais especializados, assim como investimento massivo na formação continuada dos professores da sala regular, como do AEE, e de recursos materiais, para que, conhecendo as especificidades e necessidades de cada aluno com TEA, possam criar meios de desenvolver seu potencial através de um trabalho pedagógico colaborativo na comunidade escolar.

Somente por intermédio de um comprometimento ativo dos atores sociais que rodeiam as pessoas com TEA, será possível o estabelecimento de um contexto permeado por práticas inclusivas que favorecerão o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas nesses sujeitos, de modo que possam se sentir efetivamente inclusos, acolhidos e alicerçados em suas necessidades e potencialidades. Precisamos de uma atmosfera composta por menos preconceito social, mais políticas públicas favoráveis à inclusão e um eficaz trabalho colaborativo entre a escola e a família, que seja ativo e voltado ao desenvolvimento dos educandos que possuem o TEA.

REFERÊNCIAS

APA - American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais:** DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014.

APORTA, Ana Paula; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Estudo de Caso sobre atividades desenvolvidas para um aluno com autismo no Ensino Fundamental. **Rev. Bras. Ed. Esp**., Marília, v.24, n.1, p.45-58, Jan.-Mar., 2018

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda. 1979.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, 2012. p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm. Acesso em: 15 set. 2023

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRAUN, Patrícia; VIANNA, Márcia Marin. A**tendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncional e plano de ensino individualizado**: desdobramentos de um fazer pedagógico. Educação especial e inclusão escolar. RJ: Ed. UFFRJ, 2011.

FERRAZ, Laiza Cordeiro; SOARES, Cristiele Alves; CASTRO, Sabrina Fernandes de. **Inclusão Escolar De Alunos Com Transtorno Do Espectro Autista No Ensino Regular: Um Estudo De Caso**. In: Anais Do 8º Congresso Brasileiro De Educação Especial, 2018, São Carlos. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2018. Disponível em: https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/trabalhos/inclusao-escolar-de-alunos-com-transtorno-do-espectro-autista-no-ensino-regular?lang=pt-br Acesso em: 08 set. 2023.

MORAIS Eduarda; VELOSO Rafaella. **A percepção do professor acerca da inclusão de alunos com transtorno do espectro autista**. In: anais do 7º congresso brasileiro de educação especial, 2016, São Carlos. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2016. Disponível em: https://proceedings.science/cbee/cbee7/trabalhos/a-percepcao-do-professor-acerca-da-inclusao-de-alunos-com-transtorno-do-espectro?lang=pt-br Acesso em: 09 set. 2023.

NUNES, Debora Regina de Paula. **Profissionais de apoio na escolarização de educandos com autismo: o que dizem as pesquisas**. In: Anais do 8º Congresso Brasileiro de educação especial, 2018, São Carlos. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2018. Disponível em: https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/trabalhos/profissionais-de-apoio-na-escolarizacao-de-educandos-com-autismo-o-que-dizem-as?lang=pt-br . Acesso em: 10 set. 2023

NUNES, Vera Lucia Mendonça. **Práticas Pedagógicas Na Inclusão Do Aluno Com Tea:** Uma Revisão Sistemática. In: Anais Do 8º Congresso Brasileiro De Educação Especial , 2018, São Carlos. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2018. Disponível em: https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/trabalhos/praticas-pedagogicas-na-inclusao-do-aluno-com-tea-uma-revisao-sistematica?lang=pt-br Acesso em: 09 set. 23

PAZ, Fransuély Sabryna Moreira; BORGES, Liliane da Silva; FERNANDES, Ana Paula. **Autismo, Escola E Família**: A Prática Pedagógica Que Transforma. In: Anais Do Congresso Brasileiro De Educação Especial, 2014, São Carlos. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2014. Disponível em: https://proceedings.science/cbee/cbee6/papers/autismo-escola-e-familia-a-pratica-pedagogica-que-transforma?lang=pt-br Acesso em: 09 set. 2023.

.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
CURSO PEDAGOGIA-LICENCIATURA

“INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NO ENSINO FUNDAMENTAL: desafios e conquistas”

EDNA ALVES SÁ BARRETO CABRAL

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Corpo Docente do Curso de PEDAGOGIA – Licenciatura do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco e **APROVADO** em 19 de março de 2024.

Banca Examinadora:

_____

Profa. Dra. Ana Maria Tavares Duarte
(Orientadora)

_____

Profa. Dra. Ana Maria Barros
(Examinadora Interna)

_____ _____

Profa. Ma. Viviane Rauane Bezerra Silva
(Examinador Externa)